



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

8697 - Pôster - 3ª Reunião Científica da ANPEd-Norte (2021)

ISSN: 2595-7945

GT 08 - Formação de Professores

DESAFIOS PARA A CONSOLIDAÇÃO DO CURSO DE LICENCIATURA EM EDUCAÇÃO DO CAMPO: UMA REVISÃO SISTEMÁTICA

Darlene Araújo Gomes - UFT-PPPGE - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Jocyléia Santana dos Santos - UNIVERSIDADE FEDERAL DO TOCANTINS

Este estudo, ainda em andamento, aborda a Licenciatura em Educação do Campo (LEdoC) e se propõe a investigar, por meio de uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL), quais os principais desafios encontrados nos processos de implementação e consolidação da LEdoC no país. O curso é uma conquista reivindicada pelos movimentos sociais do campo e configura uma novidade no meio acadêmico, tanto pelos princípios que o norteiam, quanto pelos aspectos pedagógicos e epistemológicos de sua práxis.

Caldart (2011) e Molina (2015) afirmam que essa formação configura um marco histórico na oferta de formação docente em nível superior para a população que vive no campo, com vistas à atuação nos anos finais do Ensino Fundamental e no Ensino Médio.

O curso de LEdoC teve sua gênese nas lutas do Movimento de Educação do Campo, no final dos anos 1990, e como reivindicação, o movimento defendia a necessidade de formação específica para os docentes que atuarão no campo pauta incluída na II Conferência Nacional de Educação do Campo, realizada na cidade de Luziânia-GO, no ano de 2004.

Visam à superação do modelo disciplinar do currículo, propondo colocar em prática uma formação multidisciplinar em regime de alternância pedagógica (MOLINA, 2015). Foi criado mediante o Programa de Apoio à Formação Superior em Licenciatura em Educação do Campo (PROCAMPO), essa formação teve início em 2007, com as experiências-piloto desenvolvidas em quatro universidades a saber: Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG), Universidade de Brasília (UnB), Universidade Federal de Sergipe (UFS) e Universidade Federal da Bahia (UFBA).

A partir dessas discussões, foram implementadas políticas públicas com vistas à criação do curso, e conseqüentemente, sua implantação e expansão, que, de acordo com Molina (2015), a ampliação permanente de 42 novos curso de Licenciatura em Educação do campo, pode ser considerada uma importante conquista “na ampliação da oferta de formação de educadores, a institucionalização da Educação Superior em Alternância, com vistas a

garantir a oferta deste nível de ensino para os camponeses, com vestibulares anuais” (p. 159-160).

Assim considerando, a LEdoC assume o seu papel contra hegemônico na formação de professores para a Educação do Campo quando, em seu projeto político pedagógico, defende a concepção formativa da superação da lógica do capital, pautada na exploração do trabalhador do campo, na produção do lucro e no domínio do agronegócio em detrimento da agricultara familiar e do desenvolvimento sustentável do meio rural brasileiro.

A LEdoC se torna contra hegemônica quando em sua materialização consegue fazer superar a fragmentação do conhecimento, propor ações pedagógicas que possibilitem o exercício do direito universal à uma educação pública de qualidade, assim como aumentar os níveis de instrução dos trabalhadores concomitante a construção coletiva em prol da tomada de consciência, para apreender as inúmeras contradições existentes na sociedade capitalista.

No entanto, o protagonismo dos movimentos sociais foi se perdendo e se transfigurando em mera representação formal, sem exercer uma efetiva “participação na concepção e no ‘modus operandi’ das políticas públicas, à medida que foram se intensificando as mudanças do modelo de desenvolvimento no campo, a partir da consolidação do agronegócio no país” (MOLINA, 2015, p. 149).

Mediante o exposto, esta pesquisa objetiva investigar, por meio de revisão sistemática de literatura, num recorte temporal de 2009 a 2019, os processos de implementação da LEdoC como política pública para a formação de professores que atuarão no campo, e também identificar fatores que corroboram ou não para a sua consolidação.

Considerando isso, realizou-se uma Revisão Sistemática da Literatura (RSL) que, como outros tipos de estudo de revisão, configura uma pesquisa que utiliza como fonte de dados a literatura sobre um tema específico. Para tanto, utilizou-se a base de dados “Periódicos CAPES” para a consecução dos objetivos.

A escolha do recorte temporal de 2009 a 2019, deu-se, por considerar que o processo de implantação dos cursos de LEdoC se encontra em expansão e as discussões sobre a temática repercutem no meio acadêmico, incidindo em um aumento substancial de pesquisas e estudos. Nesse ensejo, e buscou-se na base de dados “Periódicos CAPES” as grafias: Formação de professores para a educação do Campo; Formação de professores and Educação do Campo; Licenciatura em Educação do Campo; e, “Licenciatura em Educação do Campo”. Diante do montante e diversidade encontrada de textos, elegeu-se para análise o descritor “Licenciatura em Educação do Campo” (com uso das aspas).

Nesse levantamento foram realizados filtros: a princípio com os descritores; depois os textos em formato de artigo revisados por pares; e, sendo localizados utilizando os diretórios Scientific Electronic Libracy Online (SciELO) e o Directory of Open Access Journal (DOAJ), com vistas a filtrar dados e escrutinar o objeto a ser investigado. Ao todo, 65 artigos foram listados, 38 selecionados para análise geral e, destes, 15 serão discutidos com profundidade por incorporarem os vários contextos do curso, tanto referente às políticas públicas, tanto no que diz respeito aos pressupostos epistemológicos, pedagógicos e filosóficos, que constituem um amplo universo a ser explorado

De acordo com Gonçalves et al. (2015), são etapas de uma revisão sistemática: a delimitação o problema de pesquisa; o protocolo de pesquisa; as bases de dados; os critérios de inclusão/exclusão; a análise, crítica e avaliação; a elaboração do resumo; a identificação das evidências; e, a conclusão.

A pesquisa proposta aqui apresentada, está estruturada em três etapas: na primeira, realizou-se a busca por descritores no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), tendo como base a aproximação com o objeto a ser investigado, estabelecendo os critérios de inclusão/exclusão (características e especificidades dos estudos); na segunda etapa, os artigos a serem analisados por meio da leitura dos resumos (validação dos estudos selecionados) foram selecionados; e, na última etapa, ainda em processo, estão sendo realizados estudos desses artigos selecionados (por meio de estudos agrupados conforme a semelhança) para a averiguação das evidências identificadas.

Na parte introdutória dos artigos selecionados para análise, os pesquisadores contextualizam os aspectos históricos e conceituais da Educação do Campo, sua estreita relação com os movimentos sociais do campo e pontuam a criação do curso de Licenciatura em Educação do Campo como uma política pública reivindicada e conquistada pelas lutas empreendidas pelo “Movimento por uma Educação do Campo”.

Das 15 (quinze) publicações analisadas, 12 (doze) destacam os marcos legais e contextos históricos da criação do curso de LEdoC e ressaltam ainda a importância desse movimento para a consecução de políticas públicas educacionais em prol da população que vive no meio rural e buscam legitimar as peculiaridades e necessidades dessa população.

De acordo com Molina (2015, p. 149), “as políticas públicas de Educação Campo defendidas pelos movimentos sociais referem-se à sua participação e protagonismo, na concepção e elaboração de tais políticas” e o Movimento da Educação do Campo participou ativamente na concepção e elaboração: do Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária – PRONERA; do Programa Nacional de Educação do Campo: Formação de Estudantes e Qualificação de Profissionais para Assistência Técnica, conhecido como Residência Agrária; e, do Saberes da Terra (MOLINA, 2015).

Arruda e Oliveira (2014, p. 175) reforçam que a concepção e a implantação dos cursos de LEdoC no Brasil se articulam, concomitantemente, “com o processo de democratização política do país, com a ampliação do acesso ao ensino superior e com a implementação de políticas públicas que aproximam planos e ações interministeriais, como o Ministério de Desenvolvimento Agrário e o MEC”.

Sobre política de formação de educadores para a educação do campo, Molina e Hage (2016, p. 80) veem as LEdoC como um espaço de “acúmulo de forças e de desenvolvimento de experiências, que possam ampliar os espaços de práticas de formação de educadores como sujeitos históricos sociais capazes de formar novas gerações de jovens e adultos, numa perspectiva humanista e crítica”.

Nas 15 publicações são enfatizadas a importância da formação de professores para atuarem no campo e também os desafios e possibilidades dessa nova proposta de formação docente. No que concerne à implantação, os estudos contidos nesta revisão ressaltam a importância e conferem à LEdoC seu papel contribuinte para a democratização do ensino superior público gratuito, a novidade pedagógica e epistemológica e também a observância das questões locais e específicas para a população do campo. No entanto, evidenciam muitos desafios impostos a essa implantação.

Essa análise situacional dos contextos históricos e legais da criação dos cursos de LEdoC direciona a outro eixo do presente trabalho, ainda em construção, que busca elucidar a problematização que originou esta investigação: sobre os principais desafios encontrados pela LEdoC nos processos de implementação e consolidação do curso de formação docente para a Educação do Campo.

Os resultados ainda que preliminares, evidenciam um aumento de pesquisa sobre a temática e os muitos desafios postos à consolidação da LEdoC, tais como: disputa interna nas universidades, dificuldade de compreensão da proposta do curso pelos seus executores, dificuldade de materialização da alternância, e também firmar uma postura de resistência mediante ao momento político atual vivenciado pelos brasileiros, que afetam sobremaneira a educação, e em consequência, a LEdoC.

Palavras-chave: Licenciatura em Educação do Campo. Consolidação. Revisão Sistemática.

REFERÊNCIAS

ARRUDA, M. C. C.; OLIVEIRA, L. M. T. Licenciatura em educação do campo: desafios e expectativas. **EccoS – Revista Científica**, São Paulo, n. 33, p. 173-186, jan./abr. 2014. Disponível em: <<https://periodicos.uninove.br/index.php?journal=eccos&page=article&op=view&path%5B%5D=3719&path%5B%5D=2722>>. Acesso em 26 de março de 2020

CALDART, R. S. Licenciatura em educação do campo e projeto formativo: qual o lugar da docência por área? In: MOLINA, M. C.; SÁ, L. M. (Orgs.). **Licenciaturas em educação do campo: registros e reflexões a partir das experiências piloto**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011. p. 95-121

GONÇALVES, H. A.; NASCIMENTO, M. B. C.; NASCIMENTO, K. C. S. Revisão sistemática e metanálise: níveis de evidência e validade científica. *Revista Eletrônica Debates em Educação Científica e Tecnológica*, v. 05, n. 03, p. 193-211, Novembro, 2015. Disponível em: <<https://proceedings.ciaiq.org/index.php/ciaiq2015/article/view/281/277>>. Acesso em 25 de março de 2020.

MOLINA, M. C. Expansão das licenciaturas em Educação do Campo: desafios e potencialidades. *Educar em Revista*, Curitiba, Brasil, n. 55, p. 145-166, jan./mar. Editora UFPR, 2015. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/er/n55/0101-4358-er-55-00145.pdf>>. Acesso em 25 de março de 2020.

_____.; HAGE, S. M. Riscos e potencialidades na expansão dos cursos de licenciatura em Educação do Campo. **RBPAE** - v. 32, n. 3, p. 805-828, set./dez. 2016. Disponível em: <<https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/68577/39685>>. Acesso em 25 de março de 2020.